

Apresentação

Caros(as) leitores(as)!

A chamada temática para o presente número de nossa revista foi “racionalidade e controvérsia”. Nossos autores responderam-na contemplando diferentes ângulos da questão. Como seria de esperar, os artigos tiveram seu foco na questão da racionalidade científica. Pois, tradicionalmente, a “racionalidade” é vista como exemplarmente manifesta nos métodos científicos referenciados por um modelo hipotético-dedutivo. Porém, o que é essa racionalidade? O que significa dizer que a ciência é uma construção racional? Sendo tradicionalmente associada à nossa capacidade de estabelecer relações e construir argumentos para apresentar e defender nossas crenças, a “racionalidade” exhibe uma dupla e mutuamente relacionada dimensão. Primeiro, é o exercício de uma faculdade cognitiva – chamemo-la de “razão”. Dito de modo breve, racionalidade é a ação da “razão”. Segundo, é o resultado da ação da “razão” e torna-se a propriedade que perpassa os produtos dessa “faculdade”. Chamemos esses produtos de “razões”. Em qualquer caso, não há modo de lidar com o significado da “racionalidade” sem perscrutá-la em sua atividade, pois ela não poderia ser inquirida sem que essa inquirição resultasse de seu próprio exercício. Há que tomá-la, pois, como “racionalidade em ação” e, portanto, como se exercendo em um certo “contexto”, o que abre as portas para vê-la em sua “historicidade”.

Algumas das questões-chave decorrentes dessa esquemática introdução ao tema podem ser apreciadas nos artigos que estamos trazendo a nossos leitores. O artigo de Gustavo Caponi, **La amplia agenda de la filosofía de la ciencia**, ocupa-se do amplo espectro de questões de que trata a reflexão filosófica sobre a ciência e no qual, de um modo ou de outro, se situam as questões que serão exploradas nos demais artigos. Em uma ponta desse espectro, temos as contribuições de Rodolfo Gaeta em **Inducción, deducción e inferencia a la mejor explicación**, de Susana Lucero em **Revisitando el convencionalismo y el antirrealismo de Poincaré**. Gaeta oxigena as tradicionais discussões sobre a indução ou dedução como modelos explicativos para a ciência, colocando-se em defesa do modelo da inferência à melhor explicação em suas versões mais recentes. Lucero, opondo-se à apresentação feita por Karl Popper de Henri Poincaré como um convencionalista, situa-o nos marcos do realismo científico. Sua discussão do caso de Poincaré igualmente aprofunda as discussões sobre o realismo científico.

Desde o ponto de vista desse horizonte de discussões, Nelly Gentile, em **El camino de Feyerabend: crítica, proliferación teórica y realismo**, lança um olhar crítico à voz dissonante de Paul Feyerabend, crítico implacável do empirismo radical e da filosofia da ciência tradicional, avaliando sua trajetória de modo que, ao final, vê-o reencontrando o caminho palmilhado pelos empiristas. Ainda que polêmica, a leitura que Gentile faz do caminho seguido por Feyerabend contribui de modo significativo para a compreensão da leitura que uma visão lógico-empirista proporciona desse autor.

Trilhando a senda de considerações ontológicas que o horizonte das questões tradicionais da filosofia da ciência enseja, Sofia Inês A. Stein examina, em **Empirismo e a ontologia das ciências naturais**, a questão da construção dos objetos nas ciências naturais, buscando mostrar que os objetos científicos não são resultado de uma representação fiel da realidade, mas o resultado de elaborações teóricas, tendo como base a experiência. Rejane Xavier, por sua vez, em **A metafísica naturalizada de Saul Kripke**, examina as consequências a que a que somos levados a partir de posições de Kripke com relação à lógica modal e questiona a “naturalização da ontologia” decorrente da determinação que, segundo Kripke, o conhecimento científico impõe, sem distorções, às propriedades essenciais do real. Mas essa naturalização, segundo aponta Xavier, é incompatível com o reconhecimento das falhas dos nossos critérios semânticos ou científicos e sobrecarrega a empresa científica com um peso metafísico que ela própria não reivindica nem tem condições de suportar.

Em outra ponta do espectro, temos as reflexões filosóficas contextualizadas em casos concretos da história da ciência, onde a controvérsia entre debatedores revela-se efetivamente um constituinte da racionalidade científica. O artigo de Roberto de Andrade Martins e Ana Paula Bispo da Silva, **Voltaire, Maupertuis e o debate sobre o princípio de ação mínima no século XVIII: aspectos científicos e extracientíficos**, examina em todas as suas implicações o debate ocorrido entre Leonhard Euler, o rei Frédéric II da Prússia e Voltaire sobre o princípio de ação mínima proposto por Pierre-Louis Moreau de Maupertuis, que seria uma lei fundamental da física, além de constituir uma prova da existência de Deus, e que foi criticado por Samuel König e outros autores da época. Este artigo estuda o debate ocorrido, enfatizando especialmente os aspectos extracientíficos e analisando os interesses que motivaram as ações das pessoas envolvidas nesse episódio. A análise apresentada não substitui ou tira a importância de uma análise histórica conceitual. Trata-se de abordagens complementares. Em certas situações menos dramáticas do que o debate sobre o princípio de ação mínima, pode ocorrer que a análise dos interesses extracientíficos tenha pouca importância. No entanto, em um debate como o que foi explorado aqui, seria impossível compreender as atitudes dos personagens analisando-se apenas suas idéias e argumentos.

Em **Weldon, Pearson, Bateson e a controvérsia mendeliano-biometricista: uma disputa entre evolucionistas**, Lilian Al-Chueyr Pereira Martins discute uma controvérsia ocorrida no início do século XX, na Grã-Bretanha, a respeito de teorias sobre hereditariedade, entre o biólogo Walter Frank Raphael Weldon e o matemático Karl Pearson, de um lado, e, de outro, o naturalista William Bateson. A discussão se desenvolveu em revistas científicas, num livro e em cartas, bem como em encontros científicos, revelando que suas raízes já estavam presentes em situações anteriores envolvendo os participantes e que, afora as diferenças conceituais e metodológicas, houve outros fatores que contribuíram para o prolongamento da discordância, como a luta pela autoridade no campo da evolução e a falta de empenho de ambos os lados em procurar entender os conceitos e a terminologia empregada pela outra parte. Os biometricistas não desejavam dividir o espaço com uma outra proposta alternativa. Não conseguiram competir pelo espaço nas publicações da *Royal Society* nem conviver com pareceristas que não fossem biometricistas, preferindo criar uma revista para publicar suas idéias. Por outro lado, em um dado momento Bateson e os mendelianos ocuparam seu espaço no meio científico e não abriram mão dele.

As análises desses episódios reforçam um enfoque contextualizador da compreensão da racionalidade científica. O artigo de Halina Leal, **Racionalidade científica contextual: uma proposta**, vê como uma das principais dificuldades apontadas contemporaneamente para conceber a racionalidade científica a questão da compatibilização de padrões racionais universais e circunstâncias variadas de investigação. Seu artigo busca uma compreensão desse racional que não o reduza à

universalização de critérios investigativos e a razões lógicas e empíricas. Essa forma de compreensão conduz à proposta de uma racionalidade científica contextual. Essa racionalidade seria dependente de circunstâncias em que o pensamento operasse e não impor a *a priori* princípios determinantes e demarcadores de idéias a serem exploradas e consideradas relevantes à ciência. Isso não significa dizer que na racionalidade científica contextual princípios lógicos e empíricos não estejam presentes. A proposta apresentada sugere somente que se amplie o âmbito de consideração do que pode ser apreendido como “racional”, não no sentido de considerar quaisquer critérios como racionalmente válidos, mas no sentido de tentar abarcar o dinamismo do empreendimento científico.

São bons temas para um volume que pretende ser, sobretudo, um convite ao debate, a uma saudável prática da controvérsia que Marcelo Dascal saúda como o exercício racional da persuasão capaz de trazer inovação – e talvez resolução de conflitos – ao nosso modo de pensar e agir.

Faz parte da nossa política publicar resenhas de livros. Aqui apresentamos nosso leitor com a resenha crítica da obra de Jean Hyppolite sobre a *Fenomenologia do espírito de Hegel*. Segue a esta outra resenha do livro de Jonathan Lear, recentemente traduzido no Brasil, *Aristóteles: o desejo de entender*.

Enfim, a fim de mantermos a excelente qualidade técnica e a regularidade da publicação dos artigos pedimos às pessoas que pretendem publicar em nossa revista que observem as regras e o processo de submissão que se encontram disponíveis no site www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/filosofia/submissao. A observação destas será condição *sine qua non* para avaliarmos os textos que chegarem até nós. Lembramos que o v. 8, n. 3 versará sobre “Democracia e tolerância”, que se encontra na fase conclusiva de montagem. Recordamos novamente que os números anteriores estão disponíveis no site www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/filosofia.

Luiz Rohden
Editor

Anna Carolina Regner
Editora associada

